Vivências e (re)existências universitárias pelos direitos LGBTQIA+

Ísis Gois
Danilo Fagundes
Caetano Goulart
Bruna Gabriela Ribaldo
Bruno Henrique Rocha
Jéssica Moura Ribeiro
Magnus Régios Dias-da-Silva
Denise Leite Vieira

O Brasil é um dos países mais hostis para a população LGBTIQIA+ (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019) e mesmo com avanços político-sociais importantes nas últimas décadas que buscam trazer equidade à população, esta encontra-se distante. É necessária a reflexão de que a população LGBTQIA+ não é uma população hegemônica e, além disso, é perpassada por diferentes vivências e intersecções que impactam divergentemente suas experiências, como raça/cor, idade, gênero, escolaridade, situação socioeconômica e demais aspectos sociais.

A educação básica já se apresenta desafiadora para aquelas pessoas pela qual a expressividade de sua identidade é marcada por violências simbólicas, psicológicas e físicas; mesmo que a educação deva trabalhar com temas transversais a fim de reduzir disparidades sociais na população, há muitas repressões ou desinteresse pela introdução/continuidade dos mesmos na educação.

Contudo, a evasão escolar na educação básica e dificuldade de acesso e permanência na educação superior é uma realidade para pessoas LGBTQIA+, principalmente para as pessoas trans e travestis. O Brasil possui, assim, um cenário de grupos sociais sub-representados e vulnerabilizados, marcados pelos determinantes sociais da saúde (limitação de acesso à educação, à moradia, à segurança alimentar e nutricional, ao trabalho etc.) e um contexto educacional no nível superior marcado por estudantes de

classe média a alta frequentando universidades públicas e gratuitas e, os de classe baixa, majoritariamente negras (pretas e pardas), com escolaridade de qualidade regular a ruim tentando pagar estudos em universidades particulares (HERINGER, 2018).

Quando se inclui as pessoas trans e travestis dentro da discussão deste sistema educacional, encontra-se um cenário de evasão escolar desde a educação básica, em razão da discriminação imposta pelos demais estudantes cisgênero e expulsões de casa pelas famílias, motivadas pela normatividade social acerca da cisgeneridade e da heterossexualidade. Estas idealizações, acerca da identidade e expressão de gênero, assim como da orientação sexual, voltam-se à binaridade de gênero, produzindo hierarquias e exclusões, as quais culminam na evasão ou na dificuldade de permanência na educação básica.

Uma pesquisa com pessoas LGBTQIA+ indicou que "de um total de 629 entrevistados/as, 26,8% relataram que foram marginalizados/as por professores/as ou colegas na escola ou faculdade" (BENTO, 2011).

Mas para além desse acesso e das dificuldades, é necessário refletir sobre a permanência de pessoas trans e travestis nos cursos de ensino superior. Pontos positivos, como o direito à utilização do nome social no ensino superior e vagas afirmativas (cotas) para esta população, são afirmações que facilitam o acesso e a permanência.

Porém, por mais que o contexto universitário seja apontado como um lugar com menor incidência de preconceitos, pessoas trans e travestis ainda se sentem inseguras nesses espaços; além de enxergarem a universidade como um espaço que não as compreende e com consequente sentimento de isolamento social neste cenário (SCOTE & GARCIA, 2020).

> A Universidade tem o dever social de criar e oferecer políticas de manutenção das existências trans, pois a realização de um curso universitário pode proporcionar, para esse segmento, maior aceitação por parte da família e pela sociedade, como um todo (SCOTE & GARCIA, 2020).

A partir disso, discutimos o papel das universidades na promoção de políticas de acesso (vagas afirmativas) e de permanência (utilização de banheiros de acordo com a identidade de gênero, visibilidade, contar com uma comissão de diversidade, bolsas etc.) inclusivas que entendam a interseccionalidade presente na população brasileira e os grupos sociais sub-representados na sociedade.

Cabe sublinhar que o movimento aqui analisado, de abertura ao repensar sobre o acesso de pessoas trans aos banheiros, se insere no contexto brasileiro dos últimos quinze anos, portanto, na época do surgimento de ambulatórios e clínicas voltados a travestis e trans, da implementação das cotas no ensino superior nacional e, de forma mais ampla, na disseminação de discussões sobre diferenças que buscaram ampliar e aprofundar a democratização da universidade.



Tal movimento não se deu sem resistências internas e externas, como atestam as reações de segmentos sociais que passaram a associar as universidades a espaços suspeitos, gerando perseguições a professores/as e propostas de censura (CERVI et al, 2019). Apesar do cenário político-social do Brasil, a partir da luta dos movimentos sociais LGBTQIA+, a comunidade vem ganhando visibilidade e conquistando direitos: acesso à hormonização e procedimentos cirúrgicos no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da criação da Portaria do Ministério da Saúde (MS) No 1.707 de 2008, que estabeleceu o "Processo Transexualizador no SUS" e sua redefinição e ampliação pela Portaria MS No 2.803/2013.

Além disso, outros marcos legais importantes foram a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2012); direito ao uso do Nome Social no âmbito do SUS pela Portaria MS N° 1.820/2009 e, posteriormente, o reconhecimento das identidades trans e travestis, e o uso do nome social no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional pelo Decreto da Presidente da República N° 8.727/2016; despatologização da homossexualidade (1990) e das identidades trans (2018) pela Organização Mundial da Saúde; decisão do Supremo Tribunal Federal de direito à retificação do nome e gênero desde a certidão de nascimento nos cartórios de registro civil sem a necessidade de

"laudos" médicos pelo Provimento 73º de 2018 e equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo a partir do Projeto de Lei (PL) 4.240/2019 (BRASIL, 2020).

No entanto, o acesso à saúde integral e à cidadania ainda é um obstáculo para muitas pessoas da comunidade.

Portanto, as universidades possuem um papel fundamental na promoção e desenvolvimento de projetos e ações extensionistas que articulem estudos, pesquisas e o retorno, não só assistencial, para estes grupos sociais. A inclusão de demandas em saúde e cidadania da população LGBTQIA+ nas grades curriculares de cursos superiores de formação de profissionais da saúde tem demonstrado resultados positivos na redução de estigmas sociais e estereótipos, além de melhorar as atitudes de estudantes e auxiliá-los(as) a compreender as demandas das comunidades LGBTQIA + (JOY; NUMER, 2018).

Da primeira cirurgia plástica realizada em uma pessoa trans em 1971[1] pelo Professor Roberto Farina até os dias de hoje, muitos avanços e desafios na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) foram enfrentados nesses últimos cinquenta anos. Entre as atividades e marcos mais importantes nesse período destacam-se a realização dos Fóruns LGBTQIA+ que começaram em 2016 (I-IV)[2], as Reuniões Extensionistas Mensais que são abertas à comunidade em geral, o I Encontro Brasileiro de Saúde Trans em 2017[3], a disciplina eletiva Sexualidade e Saúde Sexual em 2018, e a aprovação do Núcleo TransUnifesp como órgão complementar[4] ligado à reitoria em 2020.

Em reunião ordinária de 9 de setembro de 2020 o Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Consu/Unifesp) aprovou a ascensão do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp - NTU) como órgão complementar da universidade. Desde a sua criação, em 2016, o NTU viabiliza cuidados em saúde e promoção de cidadania a pessoas trans e intersexo, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência.



Foto representativa de uma das reuniões extensionistas mensais abertas à comunidade, evidenciando o protagonismo de estudantes bolsistas extensionistas da Unifesp em diálogo com o movimento social trans e parceria com profissionais de saúde de outros serviços. Na reunião do dia 31 de julho de 2018, contou-se com a participação e debate de Alexandre Peixe do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT e de Ricardo Martins coordenador do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids-SP.

[1] Professor Roberto Farina foi pioneiro nas cirurgias plásticas urogenitais para redesignação do sexo. Em 1971 operou Waldirene Nogueira, mas foi processado pelo Ministério Público e Conselho Federal de Medicina em 1976 a despeito do reiterado interesse e satisfação das pessoas trans à época. Mais informação, ver matéria da CNN: A História de Waldirene. | [2] I Fórum LGBTQIA+. Mais informações: 2016 - I Fórum de Debates Sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral à Saúde. IV Fórum LGBTQIA+ na Unifesp: Históricos e Desafios: IV Fórum LGBTQIA+ na Unifesp: Históricos e Desafios.



Com isso, para a criação e manutenção de um ambiente universitário inclusivo e atento ao seu corpo discente como também às comunidades LGBTQIA+ da população em geral, para as quais as universidades se propõem a devolver conhecimentos e cuidados, alguns pontos essenciais devem ser perseguidos:

1 **Apoio Institucional**: O suporte institucional e a colaboração entre todas as pessoas representantes da universidade (reitoras(es), coordenadoras(es), docentes e discentes) são um passo fundamental, além de ser necessário para reflexão, reformulação e elaboração de políticas da universidade. (JOY; NUMER, 2018)

2 **Representatividade**: A criação de uma Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero nas Universidades que sejam, também, contempladas, não só por todos os níveis de representatividade institucional, mas também por pessoas integrantes das comunidades LGBTI+ quando possível, a qual busque promover junto à Instituição: linguagem, espaços e educação inclusiva sem vieses cis-heteronormativos, principalmente os que trazem segregação.

3 **Dialogicidade**: Conhecer, articular e participar dos movimentos sociais, associações e ONGs LGBTQIA+ que atuam na fomentação de políticas públicas na saúde e direitos em geral para compreensão fidedigna das demandas das comunidades na região da universidade.

[3] Encontro Brasileiro de Saúde Trans. I Encontro Brasileiro de Saúde Trans - BRPATH. | [4]Em reunião ordinária de 9 de setembro de 2020 o Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Consu/Unifesp) aprovou a ascensão do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp - NTU) como órgão complementar da universidade. Desde a sua criação, em 2016, o NTU viabiliza cuidados em saúde e promoção de cidadania a pessoas trans e intersexo, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência. https://www.unifesp.br/noticias-anteriores/item/4807-nucleo-transunifesp-torna-se-orgao-complementar-da-universidade#

4 **Produção de conhecimentos**: Elaboração de Projetos e Ações extensionistas que integrem os pontos anteriores e que, a partir da relação estabelecida universidade-comunidade, possam: produzir conhecimentos, prestar cuidados na área da saúde, educação e capacitação profissional estabelecendo vínculo e um diálogo conjunto entre as partes.

5 **Formação**: A atualização das grades curriculares, principalmente da área da saúde e direito, trazendo vivências e demandas de comunidades diversas, é essencial para que haja mudanças substanciais na sociedade a médio e longo prazo.

Relatos de experiência de estudantes

“A universidade, que em um primeiro momento se mostrou como um não lugar para mim, se tornou um espaço de grandes experimentações, descobertas, oportunidades, diálogo e de muito acolhimento. Foi na Unifesp que, no ano de 2015, meu segundo ano do curso de Ciências Sociais, eu me reconheci como homem trans.

Entretanto, nesta época, ainda não tínhamos o direito de utilizar o nome social na lista de chamada e nos outros espaços da universidade, o que acarretou em diversas situações de constrangimento e violências, experimentadas não só por mim, mas por várias outras pessoas trans estudantes, algumas que não conseguiram concluir seu curso e desistiram. Motivado pelo desejo de permanecer na universidade, busquei ajuda com diversos amigos, professoras do meu curso, nos caminhos institucionais e por outras pessoas trans que compartilhavam desta mesma situação e poderiam somar na luta. Um dos pontos cruciais na minha trajetória foi ter sido convidado a dialogar com as Pró-Reitoras que estavam à frente da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e da Pró-Reitoria de Graduação na época, após diversos relatos meus na Ouvidoria da Unifesp. Nessa aproximação, tive a oportunidade de falar sobre toda a

situação em que eu e as outras pessoas trans nos encontrávamos, e saí da reunião com o compromisso da Unifesp de transformar essa situação e garantir nossos direitos.

O ano de 2016 foi um dos anos mais importantes, pois somamos à luta de estudantes trans de vários campi da Unifesp com o compromisso de diversos(as) docentes, Pró-Reitores(as), TAEs e parceiros(as). Juntos, construímos o I Fórum LGBTQIA+ da Unifesp, que teve o objetivo de discutir e repensar as políticas institucionais voltadas para o público LGBT na universidade. Esse nosso primeiro encontro abriu as portas para diversos caminhos e juntos formamos a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Unifesp. Além de, nesse mesmo ano, ter ocorrido o “Fórum de Debates sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral na Saúde da Unifesp” e termos conquistado o direito a utilizar o nome social, em exclusivo, em todos os sistemas da universidade.

A Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Unifesp tem sido um espaço de diálogo, construção e de conquistas muito importantes, no qual discutimos e pensamos em ações voltadas à questão do uso do nome social, da saúde integral à população trans e travesti, a utilização dos banheiros pelas pessoas trans, o combate à LGBTfobia e os casos de transfobia que ocorreram e que ainda ocorrem nos diversos campi, entre outros. Também protagonizamos a construção de quatro Fóruns LGBTQIA+, a publicação da Carta de Princípios Relacionada à Diversidade Sexual e de Gênero da Unifesp, e a publicação da Portaria Reitoria nº 3492/2020, que normatiza os princípios de diversidade sexual e de gênero dentro da Unifesp.

Hoje, como ex-estudante da graduação da Unifesp, percebo o quanto o fortalecimento da Comissão e a transformação da Unifesp em uma Universidade cada vez mais diversa e inclusiva foi essencial para a minha permanência e para a conclusão do meu curso. É de extrema importância construir diálogos coletivos e representativos para que os espaços e as Universidades se tornem mais diversas e seguras para as pessoas LGBTIQIA+".

Bruno Henrique Rocha - Homem transgênero, bissexual, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, pós-graduando do curso de Especialização em Direitos Humanos e Lutas Sociais do CAAF Unifesp e membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Unifesp.

“O ano é 2013, buscava um curso que trouxesse a intersecção entre as áreas de informática e de saúde. Encontrei uma oportunidade inesperada na UNIFESP, um curso chamado "Tecnologias em informática para saúde". Nessa época passava por uma fase confusa na minha vida, sentia a disforia de gênero intensificar-se cada vez mais. Um sentimento que me acompanhava desde a juventude, incompreendido, mas que causa um incômodo tremendo no dia a dia.

A universidade foi um ambiente de amadurecimento, desenvolvi muito mais que conhecimentos técnicos ou tecnológicos. Além de apreender integrais e derivadas, desenvolvi senso crítico e político. Apesar de até hoje ainda ter dificuldades em relacionamentos sociais, comecei a ter interações sociais com pessoas muito mais maduras. Conviver com pessoas assim me ajudou a superar meus medos das reações sociais, e foram essas mesmas pessoas que contribuíram muito no momento da minha transição de gênero, simplesmente sendo empáticas e compreensíveis.

Em 2016, após acompanhamento com psicólogos e psiquiatras do ambulatório de travestis e transexuais do Centro de Referência e Treinamento do SUS/SP, me preparei para assumir uma identidade de gênero que me ajudasse a superar uma grave angústia e desconforto que possuía comigo mesma. Comuniquei a meus e minhas colegas de turma e professores(as) sobre minha mudança de identidade de gênero, conversei muito com as pessoas. Apesar de ser algo extremamente íntimo, esse momento de mudança influencia muito a convivência com as pessoas com quem já convivemos, pensando nisso achei prudente preparar as pessoas a fim de evitar constrangimentos e conflitos. Quando estava pronta, publiquei uma declaração: E hoje digo, com certeza, que o que me aprisionava nos braços da tristeza, hoje TRANSborda uma alegria interior de libertação. Me liberto, com a confiança de que não tenho nada a temer em ser eu mesma. Prazer meu nome é Jéssica! Uma mulher transexual. Com anseios, sonhos e desejos, como qualquer um. Não, não espero aceitação, mas respeito. Acima de tudo. A quem quiser, estou disposta a explicar sobre esse momento na minha vida. Mudanças principalmente estéticas acontecerão, como algumas pessoas já devem ter percebido, mas meu caráter, dignidade e integridade continuarão os mesmos. Peço que não se assustem ou se escandalizem o mínimo com essas mudanças, principalmente em coisas mais evidentes, como a forma de me vestir e me portar.

A minha própria preparação e preparação das pessoas ao meu redor foi algo muito importante. Fui bem aceita pela turma Tecnologia em informática da Saúde TIS4 - UNIFESP. Inclusive, me aceitaram tão bem que, espontaneamente, já adotaram meu

nome escolhido. Professores e professoras me elogiaram por ter encontrado meu caminho, depositaram confiança e empatia, que essa era uma necessidade e que minhas mudanças não me fariam deixar de ser uma ótima aluna e, até hoje, ainda me emociono lendo as mensagens daquela época.

Depois dessa fase dei início ainda a procedimentos oficiais, legais e cabíveis para formalizar a minha identidade felizmente reconhecida. Fiz um esforço junto à Pró-Reitoria de Graduação para aplicação do nome social e tratamento adequado. Em 11 de abril de 2016, consegui realizar a abertura de processo jurídico extenso para mudança do nome e gênero registrados em cartório.

A Pró-Reitoria de graduação me deu um suporte muito importante, mudaram meu nome social no sistema, me providenciaram documentos e crachá, me recordo até de uma frase onde o secretário me perguntou se eu não gostaria de atualizar minha foto no crachá também. Nem tudo era uma maravilha, apesar da empatia das pessoas ao meu redor, infelizmente os sistemas da universidade ainda não estavam preparados para contemplar os direitos das pessoas trans ao nome social. Fiz minha mudança de nome bem no começo da normativa que permitia o uso do nome social, em muitos lugares da universidade a mudança não surtiu efeito, passei por muitas experiências desagradáveis na biblioteca e no restaurante universitário, em um dos casos fui impedida de usar o restaurante, meus colegas precisaram confirmar minha história.

O banheiro também era outra questão delicada, mas para evitar conflitos nas primeiras fases da mudança, aprendi a usar os banheiros mais discretos da universidade, com menor movimentação. Em 21 de julho de 2016, minha primeira intervenção cirúrgica, minha aparência já havia mudado bastante, com o passar do tempo tornou-se um pouco mais fácil usar qualquer banheiro sem problemas, mas no início era bem complicado.

Também precisei lutar por reconhecimento nos contextos anexos da universidade, como mudança de nome social no currículo Lattes. Sempre foi necessário contar com apoio jurídico e saber argumentar bastante sem ignorância apresentando leis como: Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional Portaria MPOG N° 233/2010; Parecer MEC/SECAD Nº 141/2009; Indicação 6497/2010 Instituições Federais de Ensino; e Deliberação CEPE/IFSC Nº 006/2010, revogada pela Resolução CEPE nº 103/2019[5].

Depois de passar por uma série de experiências, conheci o professor e Doutor Magnus, e seu trabalho em andamento com o Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp). Foi uma oportunidade incrível de apoiar uma linda e importante iniciativa para a saúde de pessoas da comunidade de

[5] https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf

travestis e transexuais. Contribuí com a elaboração de proposta de prontuário do Núcleo, meu TCC que elaborado com muito carinho e propósito atingiu nota máxima na avaliação, além da honra de participar como facilitadora do "I Fórum de Debates sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral na Saúde" que aconteceu no dia 16 de setembro de 2016, em um anfiteatro UNIFESP. O Núcleo TransUnifesp é um instrumento importantíssimo para uma universidade mais inclusiva em suas três verticais: ensino, pesquisa e extensão. Em 2017, concluí minha graduação. Minha turma e eu recebemos uma homenagem surpresa incrível durante minha formatura, fomos reconhecidas(os) pela nossa perseverança e apoio mútuo que superou os preconceitos sociais, com um destaque para a primeira aluna transgênero a se graduar na UNIFESP."

Jéssica Moura Ribeiro – Mulher, informata em saúde, atuante no meio acadêmico e profissional.



Cerimônia de colação de grau de Jéssica Moura Ribeiro no curso de graduação em Tecnologias em Informática para Saúde como estudante trans pioneira e diplomada com nome e gênero corrigidos institucionalmente na Unifesp em 2017.

“Mesmo fazendo parte da comunidade LGBTQIA+, meu contato com a militância tem início bem marcado no ano de 2016, meu primeiro ano de graduação no curso de enfermagem da EPE-UNIFESP. Na orientação de um trabalho em grupo sobre violência contra a mulher, a professora solicita que tenha uma parte dedicada a “Ensinar mulheres a não serem estupradas”. A solicitação gerou incômodo em todo grupo, que resolveu mudar, por conta própria, o tema do trabalho para violência de gênero, abordando também machismo, LGBTfobia, transfobia, além de sugerir educação a fim de diminuir a violência.

A professora em questão percebeu a falha, pediu desculpas pela abordagem e sugeriu que eu estudasse mais o assunto que é tão escasso nos cursos de saúde, me indicou docentes para orientação e me falou sobre o Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp), onde fui estagiário do 2° ano até o término da graduação.

A vivência no Núcleo me proporcionou uma experiência singular sobre questões de saúde, gênero e sexualidade, além de promover grande incentivo para realização de pesquisas, principalmente por conta de suas reuniões extensionistas mensais abertas ao público. Em razão deste incentivo não desisti quando algumas pessoas do corpo docente me disseram "não", até encontrar a docente que disse "Vamos fazendo e eu o convenço a participar".

Assim, sob a orientação conjunta de dois docentes e a colaboração das enfermeiras do ambulatório e de um colega de classe que também carrega o título de meu namorado, desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre assistência de enfermagem à população trans, publicado na Revista Brasileira de Enfermagem (ReBEn), um dos principais periódicos de enfermagem do país.

Como ex-aluno da graduação e aluno da pós-graduação da UNIFESP, percebo o quanto foi importante na minha formação ter encontrado professoras(es) dispostas(os) a se desconstruir e a construir conhecimentos mesmo em áreas que lhes eram distantes, ter encontrado um espaço acolhedor de ensino, pesquisa e assistência de uma temática tão sensível e contar com uma Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero empenhada em promover um ambiente universitário mais inclusivo e menos hostil para pessoas LGBTQIA+, sem sombra de dúvidas tornou a experiência da graduação mais leve e me fez um profissional, pesquisador e cidadão melhor.”

Danilo Fagundes – Homem cisgênero, gay, preto, bacharel em Enfermagem e pós-graduando de Enfermagem em Saúde Pública pela EPE-UNIFESP, enfermeiro no Hospital Alemão Oswaldo Cruz, enfermeiro voluntário no Núcleo TransUnifesp, colaborador da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero, e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração de Serviços de Saúde e Gerenciamento de Enfermagem (GEPAG) da UNIFESP.

“É sabido que a universidade, enquanto instituição, pode repetir violências sistêmicas às pessoas que, de alguma forma, fogem de costumes e tradições que foram consolidadas historicamente no Brasil e no mundo; e é um ambiente ainda pouco acolhedor às pessoas LGBTQIA+, principalmente trans e travestis, que encontram enormes desafios já no ensino básico. Nesse sentido, o fortalecimento de ferramentas institucionais e espaços inclusivos que promovam a saúde, educação e integração social dentro das universidades e ambientes de educação formal como um todo, podem significar a permanência de estudantes LGBTQIA+, e para além disso, a consolidação de um cenário onde as minorias sociais sejam cada vez menos associadas à violência e possam ser reconhecidas também como sinônimo de produção de conhecimento e ciência.

Passei a me reconhecer enquanto pessoa trans a partir do ensino médio, mas foi na universidade onde comecei a ter uma consciência maior do que isso significava para mim. Em primeiro momento, a universidade onde estudava me recebeu de braços abertos e tive apoio institucional para permanecer estudando, no entanto não encontrei espaços estudantis onde pudesse compartilhar minha experiência e ao menos ter contato com outras pessoas que não fossem cisgênero, então deduzi que a universidade não era meu lugar. Num período de um ano, eu me mudei de cidade três vezes em busca de um lugar onde me sentisse acolhido e após retornar para São Paulo e ingressar na Unifesp, percebi a importância de me organizar coletivamente com outras pessoas LGBTQIA+, seja no espaço acadêmico ou fora dele. A partir daí, comecei a me engajar em movimentos sociais e procurar por outras pessoas LGBTQIA+, principalmente trans, nos espaços que frequentava, isso foi o que me motivou a continuar estudando e possibilitou pensar a minha existência para além dos estigmas sociais que havia tido contato até então.

Procurei o Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp) em busca de atendimento, e encontrei ali a possibilidade de coletivamente construir uma universidade mais acolhedora e inclusiva. Como estudante, pessoa trans e hoje bolsista do Núcleo TransUnifesp, vejo a necessidade de estar presente e valorizar espaços como este, bem como pautar formas de criar novas ações que possam integrar cada vez mais pessoas no âmbito universitário e sociedade como um todo.

Ser uma pessoa transgênero no ensino superior é uma vitória coletiva, na medida em que simboliza a apropriação de espaços que são constantemente conquistados e reiterados pelo movimento LGBTQIA+.

A presença desse grupo social na universidade deve ser valorizada enquanto vetor de conhecimento capaz de expressar uma rica vastidão de

saberes que diferem da narrativa cis-heteronormativa. Com a organização coletiva e participação em movimentos sociais dentro e fora da universidade, dialogando com as diversas realidades, de maneira interseccional, é possível criar alternativas à conjuntura excludente na qual vivemos e pensar em uma universidade plural, acessível às pessoas trans, travestis e LGBTQIA+ como um todo".

Caetano Goulart - Homem transgênero, bissexual, graduando em História pela Universidade Federal de São Paulo, bolsista do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp).

“Ser uma mulher trans, seja dentro de uma universidade ou fazendo compras cotidianas em um mercado ainda é uma surpresa para muitas pessoas que frequentam estes espaços “comuns”, marcados por violências simbólicas que atravessam os olhares de curiosidade e espanto. Além do sentimento de solidão de minha parte por frequentemente, também, não ver as minhas e os meus dentre estes espaços.

Dentre minha trajetória estudantil que de forma indissociável ocorreu concomitante a minha compreensão de quem era Ísis, me encontrava vulnerável por não conhecer meus direitos, sem compreensão mais ampla de toda uma estruturação social na qual eu estava inserida e sem apoio fidedigno estudantil ou institucional com relação à busca por minha cidadania ou direito ao meu nome.

Após a graduação em nutrição, muitas inseguranças se instalaram juntamente a uma pandemia ao pensar em minha inserção no mercado de trabalho. No entanto, estava construindo minha consciência política e social ao perceber tantas lacunas nos cuidados e nas formações em saúde para com a minha comunidade. Com isso, comecei a estudar e a fazer associações a demais profissionais da saúde que também percebiam este cenário. Comecei a palestrar em diversos centros acadêmicos, universidades e em um dos meus conselhos de classe com o intuito de posicionar estas lacunas e a necessidade urgente de pensarmos

Após este período, que se apresentou exaustivo, pois o desconhecimento era quase que geral sobre a população trans e suas demandas; voltei remotamente à ambientes acadêmicos que gostariam de pensar diversidade e saúde, mas, mesmo nestes espaços, há presença de violência e conheci o epistemicídio, a partir da frequente desvalorização dos conhecimentos que eu estava construindo.

Atualmente, como bolsista do Núcleo TransUnifesp, membro da comissão da diversidade sexual e de gênero e mestranda na Universidade Federal de São Paulo tenho mais segurança, vejo cotidianamente os meus e consigo estabilizar meus objetivos de pesquisa e docência na busca por atuar por e para minha comunidade, além de poder aos poucos auxiliar em uma mudança social positiva para a população LGBTQIA+.

No entanto, se houvesse movimentos estudantis LGBTQIA+ e mais universidades preparadas e promovendo espaços e conhecimentos inclusivos, muitas das disparidades vividas por mim e por demais pessoas poderiam ser evitadas.”

Ísis Gois - Mulher trans, parda, bacharel em Nutrição com Aperfeiçoamento Ambulatorial em Nutrição e Saúde Coletiva pela UNITAU e Especialização em Comportamento Alimentar pela Faculdade Global. Atualmente é bolsista de apoio ao Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp) e ingressante no mestrando em Endocrinologia Clínica pela Escola Paulista de Medicina da UNIFESP.

“A Universidade, enquanto lugar de replicação da heterocisnormatividade, seja ela através de discursos de professoras e professores ou implícita nos conteúdos (ou na falta destes) ensinados na área da saúde, que tampouco se preocupam em discutir ou incluir assuntos que dizem respeito às comunidades LGBTQIA+ é, também, um espaço onde pode ser possível criar estratégias que driblem essa falha no processo educacional. Considerando isso, em 2018, eu, juntamente com outras colegas de turma da Enfermagem, criamos o projeto de Extensão Reexistir, voltado à promoção da saúde, direitos humanos e cidadania para a população LGBTQIA+. Nesse projeto é que, anteriormente à pandemia, frequentávamos o CRD (Centro de Referência e Defesa da Diversidade) e fazíamos rodas de conversa com a população vulnerabilizada de LGBTQIA+ que lá frequentavam, numa troca única de conhecimentos e experiências e hoje, embora não seja possível estarmos mais nesse ambiente devido à pandemia, criamos a estratégia de encontros online para discussão de diversas temáticas que dizem respeito ao objetivo do projeto, como: discussão sobre conceitos de gênero e sexualidade; vivência e inclusão de pessoas LGBTQIA+ com deficiência; direitos LGBTQIA+; velhices; transgeneridade e os equipamentos de saúde; entre outros.

Essa necessidade de ocupar espaços dentro da universidade vem dessa falha da própria instituição em nos incluir. Ou

seja, nós, pessoas LGBTQIA+, precisamos nos fazer visíveis e nos incluir em todos espaços possíveis, uma vez que, a depender de toda a estrutura heterocisnormativa - que deve ser desconstruída -, nunca seríamos incluídas".

Bruna Gabriela Ribaldo - Mulher cisgênero, lésbica, graduanda em Enfermagem pela EPE-UNIFESP, atual bolsista do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp) e uma das criadoras do Projeto de Extensão Reexistir.

Nossas vivências e resistências evidenciam, portanto, a importância da atuação protagonista de estudantes LGBTQIA+ nas universidades, pela articulação intra e extramuros com a sociedade, na busca incansável por maior equidade social. Essa atuação deve estar associada ao suporte institucional às demandas das(os) mais diversas(os) estudantes, tanto para aplicação de seus direitos, aproximação e valorização do diálogo com os movimentos sociais e comunidades afins, quanto na produção de conhecimentos mais emancipatórios, ou seja, que se oponham aos vieses acadêmicos do determinismo biológico e da lógica colonial, cisgênero e heteronormativa. Reforça-se aqui, sobretudo, a necessidade da continuidade da articulação e protagonismo de estudantes, quer sejam a partir dos movimentos estudantis e coletivos quer em comissões de diversidade sexual e de gênero (institucional e interinstitucional), para problematizarem discussões do contemporâneo LGBTQIA+, em cenários intramuros e extramuros, buscando valer, de fato, o papel de transformação social das universidades.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B; NOGUEIRA, SNB (Orgs). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf> Acesso em: 02 abr. 2021.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, Aug. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf> Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. Câmara Dos Deputados. Indicação 6497/2010. Sugere que seja possibilitada aos estudantes com orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, a utilização de nome social, ao lado do nome e prenome oficial, nas instituições federais de ensino. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=482576>Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Parecer Técnico N° 141 de 2009. Bahia: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces141_09.pdf> Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Provimento n.73. Dispõe sobre a alteração de averbação de prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoas transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). 2018; 119. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-2/> Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. Brasília: Secr Gestão Estratégica e Particip Dep Apoio à Gestão Particip; 2012: 34. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf> Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 1.820, de 13 de agosto de 2009. Direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília: Gabinete do Ministro da Saúde; 2009: 1–6. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF_Carta_Usuarios_Saude_site.pdf> Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 2.803, de 19 de novembro de 2013. Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Gabinete do Ministro; 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html> Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria N° 233, de 18 de maio de 2010. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=76&data=19/05/2010> Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto no 8.727, de 28 de abril de 2016. Uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; 2016: 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html> Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Brasil celebra no domingo o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Agência do Senado [internet], 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/15/brasil-celebra-no-domingo-o-dia-nacional-de-combate-a-homofobia/#conteudoPrincipal> Acesso em: 09 abr. 2021.

CERVI, TA et al. O banheiro público como dispositivo de gênero. Bagoas, n.20, 2019. Disponível em: <https://nucleotrans.unifesp.br/producao-de-conhecimento/artigos-cientificos/o-banheiro-publico-como-dispositivo-de-genero> Acesso em: 02 abr. 2021.

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. Rev. bras. orientac. prof, Florianópolis , v. 19, n. 1, p. 7-17, jun. 2018 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/03.pdf> Acesso em: 02 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Resolução CEPE/IFSC Nº 103, de 21 de novembro de 2019. Regulamenta a inclusão do nome social de travestis, transexuais e transgêneros nos registros acadêmicos da Instituição. Disponível em: <https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=667250&key=7a0594029706c754ff830e7dbe18fa10> Acesso em: 10 abr. 2021.

JOY, P & NUMER, M. Queering Educational Practices in Dietetics Training: A Critical Review of LGBTQ Inclusion Strategies. Can J Diet Pract Res. 2018 Jun 1;79(2):80-85. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29543497/> Acesso em: 02 abr. 2021.

SCOTE, F & GARCIA, M. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. Perspectiva. 38, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334> Acesso em: 02 abr. 2021.